

OS IDIOMAS DA PATRONAGEM: Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti

Mario Grynszpan

Introdução

Um dos temas que, sem dúvida, têm atraído as maiores atenções por parte de uma ampla gama de cientistas sociais é o das relações patrão-cliente.(1) Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos para ele vêm se voltando, produzindo uma rica reflexão e uma quantidade significativa de artigos, monografias e livros.

Em que pese o fato de, falando a partir de lugares distintos, com ênfases variadas e perseguindo questões diferentes, os estudos sobre o tema nos apresentarem, um quadro bastante diversificado, alguns eixos comuns podem ser notados. De maneira geral, a patronagem é referida como uma relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos. Trata-se de um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de status, poder e riqueza diferentes, uma relação assimétrica que se expressa mesmo através de uma troca desequilibrada, com fluxos de natureza distinta.(2) De um lado feriamos, por exemplo, proteção, emprego e auxílio em ocasiões diversas e, de outro, deferência, lealdade, serviços variados e mesmo – ou principalmente, diriam alguns – votos.

Ainda que seja uma relação de cunho particularista, marcada pela informalidade, a patronagem envolve uma série de regras e expectativas, implicando em obrigações interpessoais. Confiança e reciprocidade são elementos fundamentais, garantindo a continuidade dos fluxos e da própria relação.

Os autores confluem em alguns pontos também quando se trata de caracterizar o contexto social em que a patronagem pode ser observada. Ela ocorreria ali onde o acesso a centros de poder, a agências de representação do Estado, a bens e serviços indispensáveis, são controlados por grupos ou indivíduos, em sociedades com um forte componente agrário e um mercado fraco ou localizado (Wolf, 1966; Boissevain, 1966; Weingrod, 1968, 1977; Stuart, 1972; Landé, 1977; Scott, 1977, 1977a; Powell, 1977; Silverman, 1977; Kenny, 1977; Gellner, 1977; Eisenstadt & Roniger, 1984). Não por acaso, portanto, são as sociedades européias mediterrâneas e as latino-americanas, além das asiáticas e africanas, que se constituem no campo de reflexo privilegiado dos estudos.

Como corolário desta caracterização teríamos, para alguns autores, a idéia de que a patronagem seria datada historicamente, tendendo a desaparecer numa sociedade e num Estado modernos, com uma burocracia e um aparato legal eficientes, calcados em critérios impessoais, com um sistema político aberto e um mercado forte e nacional (Stuart, 1972; Silverman, 1977; Gellner, 1977). Nem sempre, contudo, isto parece de fato ocorrer. Mesmo associando a existência de relações patrão-cliente a uma racionalização capitalista incompleta, Graziano observa que, no Sul da Itália, o impacto de forças modernizadoras terminou por conformar um modelo de desenvolvimento político em que é o clientelismo o aspecto mais importante (Graziano, 1977, p. 360). No mesmo sentido Powell, estudando políticas de clientela através da implementação de programas agrários na Itália e na Venezuela, conclui que, embora possam acarretar mudanças nas funções dos padrões tradicionais, permitindo a afirmação de outros mediadores, novas orientações valorativas, ao se imporem, podem se combinar com as antigas, perpetuando-as e conformando um

clientelismo distinto, consistente com modernos requisitos organizacionais (Powell,1977: 149 e 158). Vinculada aos processos de construção da confiança e de regulação do poder nas sociedades, a temporalidade e a direção da mudança na relação patrão-cliente, afirmam Eisenstadt e Roniger por sua vez, podem diferir daquelas da divisão social do trabalho. Desta forma a patronagem poderia, em essência, persistir mesmo após mudanças políticas e econômicas (Eisenstadt & Roniger,1.984, p. 28).

No caso brasileiro a questão tem sido tratada, primordialmente, pelo ângulo do clientelismo político. Grande ênfase se deu ao coronelismo, elemento básico do jogo de poder na Primeira República e que, mesmo após o período, continuou demonstrando sinais de vitalidade. (3) Mais recentemente, o problema das máquinas políticas também se tornou objeto de atenção, como podemos ver *no* estudo de Diniz sobre o chamado Chaguismo no Estado do Rio de Janeiro (1982).

Alguns autores, porém, deslocando o foco de análise do clientelismo político, procuram refletir sobre o papel das relações pessoais, de forma geral, em nossa sociedade de cunho fortemente hierarquizante. Como observa Matta, o parentesco, o compadrio, a amizade e a patronagem aqui operariam como formas de contornar o anonimato, o desamparo, as angústias, as asperezas e a própria exploração que se associam à individualização e ao domínio das leis impessoais. (4) Seguindo na linha de Kenny (1968) e Stirling (1968) em seus estudos sobre a Espanha e o Sul da Itália, Marta conclui que existiria, no Brasil, um sistema dual que se auto-alimenta, marcado, por um lado, por um aparato legal moderno, individualista, e, por outro, por um complexo de relações pessoais que permite, justamente, saltar a lei e fugir às regras (Matta,1980, pp.19 e 20). (5)

Matta aponta, ainda, para uma questão que é básica. Retirando-nos do anonimato da individualização, um parente; um padrinho, um amigo, um patrão ou um pistolão, podem nos abrir caminhos, permitindo-nos escapar aos constrangimentos e incertezas das seleções e concursos, da lei da oferta e da procura, e "subir na vida", galgar posições que poderiam nos ser interditadas (Matta, 1980, pp. 184 a 188). Pertencer a panelinhas e igrejinhas, contar com trampolins e cabides de emprego, pode ser decisivo, como também demonstra Leeds em seu estudo de carreiras no Brasil (1964). Assim, além de regular fluxos de bens e serviços, as relações pessoais e a patronagem podem, ainda, permitir, ou mesmo obstar, a circulação de pessoas não apenas no espaço físico mas, principalmente, no espaço social.

Embora seja fundamental, este aspecto, de maneira geral, tem sido ainda pouco trabalhado. (6) Uma das formas de melhor percebê-lo é através do estudo de trajetórias individuais, como fez Leeds em sua pesquisa (1964, p. 1327).

O exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos (Strickon & Greenfield, 1972, pp. 11 a 13; Matta, 1980, pp. 194 a 198). Tal é a perspectiva do presente artigo, que se volta para a trajetória de um dos mais curiosos personagens da política fluminense, Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque.

Tema de livros e de filmes, Tenório Cavalcanti afirmou sua liderança a partir da região de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Foi principalmente nos anos 50 que passou a ganhar evidência nacional, envolvido que esteve em vários eventos de grande violência. Acusado de pistoleiro por seus críticos e inimigos, Tenório reforçava sua fama de valentia e o ar de mistério que envolvia sua figura, elementos que habilmente explorava; portando sempre uma capa preta sob a qual disfarçava um colete de aço e a metralhadora que chamava de Lurdinha.

Não foi apenas pela violência, entretanto, que Tenório se notabilizou. Foi ele, igualmente, um político de projeção. Já em 1936 elegeu-se vereador pela União Progressista Fluminense (UPF), representando Caxias que, então, era apenas um Distrito do Município de Nova Iguaçu, e exercendo oposição ao Governo Estadual, à frente do qual estava o almirante Protógenes Guimarães, eleito pelo Partido Popular Radical (PPR) com o apoio de Getúlio Vargas.

Durante o Estado Novo, Tenório envolveu-se em sérios conflitos com o coronel Agenor Barcelos Feio, secretário de Segurança do interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto. Foi deste período que Feio e Amaral se constituíram em seus mais notórios inimigos, sendo constantemente acusados de mandantes dos diversos atentados por ele sofridos.

Com a queda do Estado Novo, Tenório elegeu-se, em 1947, para a Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Ainda por este partido, conseguiu conquistar cadeiras na Câmara Federal nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, chegando mesmo, nos dois últimos, a ser o deputado federal mais votado do Estado, com 42.060 e 46.029 sufrágios, respectivamente (Fundação Getúlio Vargas, 1984-5, pp. 757 e 758).

Em 1960, rompendo com a UDN, candidatou-se ao Governo do novo Estado da Guanabara, criado com a transferência da Capital Federal para Brasília, pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) e com o apoio do Partido Social Progressista (PSP). Alcançando o terceiro lugar, com cerca de 220.000 votos, Tenório teve um peso decisivo na eleição, favorecendo a vitória do udenista Carlos Lacerda sobre o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e das esquerdas, Sérgio Magalhães (Beloch, 1986, p. 55).

Dois anos depois, candidatou-se pelo Partido Social Trabalhista (PST) ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, mais uma vez, à Câmara Federal. Apoiado pelos grupos de esquerda que ajudou a derrotar em 1960, e aos quais sempre combateu, sua campanha foi desenvolvida em moldes populares e nacionalistas. Embora perdendo para o trabalhista Badger da Silveira, Tenório obteve o segundo lugar, com a soma de 224.734 votos, conseguindo, ainda, reeleger-se deputado federal (Grynszpan, 1987, pp. 271 e 272). Com o golpe militar de 1964, contudo, particularmente em função de sua atuação mais recente, ele teve seu mandato cassado.

Duas outras atividades, além da política, conferiram notoriedade a Tenório Cavalcanti. A primeira delas foi a jornalística, ou mais precisamente, a propriedade do jornal *Luta Democrática*, criado em 1954, de circulação nacional com grande tiragem. A segunda foi o direito, tendo ele atuado, ainda nos anos 50, como advogado de defesa em casos rumorosos como o "Crime da Machadinho", em que Araci Abelha era acusada de matar seu marido, e o "Crime do Sacopã", cujo réu era o tenente Bandeira. (7)

Foi vindo de Alagoas que Tenório Cavalcanti instalou-se em Duque de Caxias. (8) Área abandonada, sem maior importância econômica, alagadiça e sujeita a doenças, Caxias veria sua população decrescer a partir de meados do século XIX, numa tendência que só começaria a se inverter na década de 1920, momento em que o próprio Tenório ali se fixaria. A abertura da rodovia Rio-Petrópolis, que foi inaugurada em 1928, tornando mais fácil sua ligação com a vizinha cidade do Rio de Janeiro, e, posteriormente, o seu saneamento, promoveriam a valorização de suas terras, estimulando o desenvolvimento da atividade loteadora (IBGE, 1959, p. 256). Sua população cresceria, em grande parte, pelo movimento migratório que para lá se dirigia. Tratava-se de uma corrente composta, em larga medida, por nordestinos que vinham em busca de emprego e melhores condições de vida. Caxias se constituiria numa cidade dormitório, empregando-se grande parte de sua população no Rio de Janeiro.

A cidade dispunha, até 1945, de 534 veículos motorizados, 11 logradouros públicos iluminados com luz elétrica e somente um posto telefônico para ligações interurbanas. Apenas 4% de suas residências dispunham, ainda em 1960, de água encanada, inexistindo ali uma rede de esgotos.

Num tal quadro, os recursos e benefícios eram disputados por grupos e líderes locais que, através do controle de sua distribuição, visavam também reforçar seu poder, organizando aquela população desenraizada em clientelas. A criação, em 1931, do Distrito, e, em 1943, do Município de Duque de Caxias, com a implantação e a ampliação de uma estrutura administrativa e burocrática local, o que implicou, igualmente, no aumento do estoque de cargos e empregos disponíveis, alargou as margens de exercício da patronagem.

Importantes, estas condições devem, sem dúvida ser levadas em conta se quisermos entender a afirmação de Tenório como um patrão. Porá sós, contudo, elas não se mostram suficientes. Tenório não pertencia a nenhuma família de patrões locais que já dispusesse do controle de recursos significativos e nem mesmo era originário de Caxias.

É recuperando sua trajetória que poderemos melhor perceber os capitais específicos de que dispunha, seus trunfos, suas estratégias, seus deslocamentos, a maneira, enfim, como se impôs pouco a pouco, acumulando prestígio e poder, conformando uma rede própria de relações pessoais. Se a combinação, aparentemente contraditória, da violência com o direito, a política e o jornalismo fizeram dele uma figura singular, esta sua mesma excepcionalidade, associada a seu caráter teatral, conferem também maior visibilidade a aspectos básicos da patronagem, como iremos aqui destacar.

Não trataremos, neste trabalho, de produzir mais uma biografia de Tenório, e sim de produzir dados a partir das biografias disponíveis de Tenório. Neste sentido, nosso estudo terá como corte cronológico final o ano de 1964, quando também se interrompem aquelas narrativas.

Básicos, para nós, foram suas *Memórias* tal como relatadas, em meados da década de 50, ao repórter Arlindo Silva, da revista *O Cruzeiro* (Cavalcanti, 1954), os livros de suas filhas Maria do Carmo Fortes (1986) e Sandra Tenório Cavalcanti (1986), seu verbete do *Dicionário histórico-biográfico* editado pela Fundação Getúlio Vargas e o estudo *Capa preta e Lurdinha*, de Beloch (1986). Utilizamos, além disso, entre outras fontes, o material resultante de um levantamento exaustivo que fizemos da *Luta Democrática* no período de 1954 a 1964, e uma entrevista com Paulo Valente, primo e antigo secretário particular de Tenório. (9)

Violência e armação local

As biografias de Tenório, via de regra, seguem de perto a estrutura modelar das estórias de heróis brasileiros analisadas por Matta. Nestas, partindo de uma origem pobre, modesta, mas trazendo, já, as marcas de uma personalidade excepcional, nossos heróis chegariam a seu destino luminoso não sem antes, contudo, passar por duras provas que, em última instância, reafirmariam e reforçariam suas qualidades extraordinárias (Matta, 1980, pp. 199 e 200).

Nascido em berço humilde, Tenório, segundo os relatos, muito cedo começaria a trabalhar. A morte precoce do pai o obrigaria a buscar seu próprio sustento contribuindo, também, para o da mãe e da irmã. Foi como um entre vários migrantes que acorriam ao Rio de Janeiro que Tenório, de acordo com Sandra Cavalcanti, aqui desembarcou como um "típico 'pau-de-arara', com a malinha debaixo do braço, roupinha surrada, e um sorriso de esperança, acreditando num futuro melhor" (Cavalcanti, 1986, p. 23). Só, e com pouco dinheiro, seria obrigado a levar uma vida sacrificada, sem lugar certo onde morar, recebendo abrigo de parentes. Esforçando-se para continuar seus estudos, iniciados ainda em Alagoas, ele passaria por empregos como os de lavador de garrafas, servente, ajudante de enfermagem, garçom, porteiro, comerciante e motorista de caminhão (Cavalcanti, 1954, pp.15 a 20; Cavalcanti, 1986, pp. 22 a 25 e 39 a 41; Fortes, 1986, pp. 38 a 47).

Sua vida começaria a mudar a partir do convite que lhe seria feito pelo engenheiro Edgard Soares de Pinho, por volta de 1928, para que fosse cuidar de suas terras em Caxias, em substituição a um antigo administrador assassinado. Por obra do destino, como se depreende de seu relato e de suas filhas, Tenório iniciaria uma trajetória ascendente rumo à glória e à fortuna como, aliás, já teria sido previsto por um vidente quando de seu nascimento.

Foi em 27 de setembro de 1906, dia de São Cosme e São Damião, que Tenório nasceu, o que é seguidamente lembrado em suas biografias para explicar seu sucesso e sua boa sorte. Segundo suas *Memórias*:

"um velho feiticeiro da localidade, João Albuquerque, dado à macumba e outras práticas de terreiro, assim que eu surgi no mundo, correu a meu pai e disse que eu seria feliz na vida. Explicou ter lido no 'Lunário Perpétuo', antigo almanaque de astrologia, que nascer no dia de São Cosme e Damião significa fortuna, glória, fama e grande futuro sob a proteção dos entes divinos. Segundo as profecias umbandísticas do velho macumbeiro, eu teria o corpo fechado a todas as maldades do mundo." (Silva, 1954, p. 13)

Esta ajuda, Tenório a retribuía distribuindo roupas e outros bens no dia dos santos o que, é claro, também contribuía para alargar sua popularidade. (10) Sabendo, portanto, tirar proveito da proteção e da sorte - que várias vezes lhe sorriria - e aprender com seu azar, contando a seu favor com sua valentia, seu caráter e sua sagacidade, Tenório, de acordo com seus biógrafos, poderia seguir avante, trilhando um caminho distinto dos demais "pau-de-arara".

É como um caminhar progressivo e ordenado em que os passos vão se sucedendo de forma inexorável, compondo-se como realização de uma intenção e de um destino pré-traçados, ainda que entrecortados por acasos e contingências, emboscadas e armadilhas, que a vida de Tenório é relatada: (11) Em seu tom apologético, contudo, buscando exaltar sua figura, suas biografias terminam por oscilar entre, de um lado, a necessidade de retratá-lo como humilde, atribuindo, assim, sua ascensão a seu esforço próprio, seus dons individuais, e, de outro, a tentativa de realçar a nobreza de sua linhagem. Neste movimento, elas nos apresentam elementos que contribuem para sua própria

relativização, fazendo com que algumas passagens da trajetória de Tenório possam de fato ser vistas como um jogo de cartas marcadas, mas pelas relações pessoais e laços de parentesco e compadrio em que se apoiava.

O pai de Tenório, pequeno proprietário rural na localidade de Bonifácio, em Palmeira dos Índios, pertencia a duas famílias importantes da região: Tenório e Cavalcanti de Albuquerque (Fortes, 1986, p. 14). Seu padrinho e tio, de "quem Tenório recebeu o nome, Natalício Camboim de Vasconcelos, era industrial, tendo sido, também, deputado federal por Alagoas de 1909 a 1926 (Beloch, 1986, p. 44 e 45). O pai de Tenório, aliás, havia trabalhado em suas campanhas eleitorais (Fortes, 1986, p. 46).

Sua vinda para o Rio parece ter sido um empreendimento familiar, ocorrendo tempos depois da morte do pai e logo após o casamento da irmã. A decisão, segundo Sandra Cavalcanti, teria sido tomada em conjunto, tendo pesado para que a opção recaísse sobre o Rio o fato de aqui já estarem seu tio e um primo policial (Cavalcanti, 1986, p. 22). O dinheiro que trouxe foi-lhe dado por sua mãe e os documentos arranjados por um outro parente, coronel Felino Tenório, chefe local (Cavalcanti, 1954, pp. 15 e 16; Fortes, 1986, pp. 38 e 39).

Tenório não chegou ao Rio, portanto, como mais um migrante anônimo, desenraizado, rompido com seu universo de referência, afastado de seu círculo de relações pessoais. Pelo contrário, foram estas mesmas relações que o trouxeram. (12) Ele aqui chegou como uma pessoa, e não um indivíduo submetido ao jugo impessoal da lei e do mercado. (13) Tinha um nome, urna genealogia, uma linhagem, tinha o suporte de uma família. Tenório tinha; além disso, aquilo que seria decisivo em sua trajetória: um padrinho influente e bem relacionado. Não faltou em sua bagagem, por isso mesmo, uma carta de apresentação para ele. (14)

Foi pela mediação de seu padrinho que, já no Rio de Janeiro, Tenório foi introduzido numa rede de relações que incluía nomes como os dos engenheiros Hildebrando Araújo de Góes e Edgard Soares de Pinho, e do advogado Ricardo Xavier da Silveira, futuro prefeito de Nova Iguaçu entre 1936 e 1943. (15) Foi por influência e pedido de Natalício Camboim que, em 1927, Tenório conheceu Hildebrando de Góes, então, diretor do Departamento de Portos Rio e Canais, que lhe conseguiu um emprego de controlador de ponto nas obras da estrada Rio-São Paulo (Cavalcanti, 1954:19; Fortes, 1986, p. 47). Posteriormente, o próprio Hildebrando o recomendou a Edgard de Pinho.

Além de administrar as fazendas de Pinho, Tenório também ficaria responsável pela construção "da estrada Rio-Petrópolis no trecho que as cortava. Sua nova função., bastante perigosa por ser a região palco de intensas e violentas disputas pela terra, exigia o recurso às armas.

Assim, lembra Tenório:

"Como eu ia trabalhar definitivamente em Caxias, onde imperava o bandoleirismo, tratei, antes de mais nada, de comprar um revólver. Estava começando a viver e já carregava uma pistola na cinta. A culpa, evidentemente, não foi minha, mas do destino, que me obrigou a fugir da miséria das caatingas nordestinas para vir tentar a vida melhor aqui no Sul. Se a lei aqui, e em Caxias principalmente, era a da bala, eu tinha que pautar minha conduta por essa lei". (Cavalcanti, 1954, p. 19)

Na verdade, a violência e o emprego de armas já eram familiares a Tenório desde antes de sua vinda para o Rio. É preciso ver, em primeiro lugar, que, como ele mesmo relata em suas *Memórias*, os assassinatos e as tocaias eram fato comum na região de onde vinha (Cavalcanti, 1954, pp. 14 e 15). Em segundo lugar, sua própria família seria atingida em cheio pela violência, com o assassinato de seu pai.

A morte do pai foi um ponto de inflexão na trajetória de Tenório, fazendo a família abandonar a propriedade e montar um pequeno negócio numa cidade próxima. Segundo Maria do Carmo Fortes, o assassino de seu avô teria sido morto posteriormente, talvez pelos próprios irmãos ou amigos deste. O fato, porém, é que apenas depois deste acontecimento Tenório migra para o Rio (Fortes, 1986: 36 a 38). Também é significativo que, após uma briga com o assassino, ou com o filho do assassino de seu pai - os relatos divergem neste ponto -, Tenório tenha ficado, por algum tempo, sob a proteção do coronel Felino Tenório (Fortes, 1986, pp. 26 a 32).

Já em Caxias, Tenório lideraria uma das várias brigadas armadas que combatiam entre si disputas e na defesa de terras (Cavalcanti, 1954, p. 22). A presença de agrupamentos armados sob as ordens de grandes proprietários

ou chefes locais, de fato, tem sido observada em diversos casos. Na América Hispânica como mostram Wolf e Hansen, buscando estabelecer alianças com os mestizos durante as guerras de independência; a elite *criolla* terminou por armá-los, permitindo que formassem suas próprias milícias e sacrificando, assim, suas possibilidades de estabelecer um monopólio do poder. O resultado disso foi, segundo os autores, a formação da *caudillaje*, um sistema político que tinha como uma de suas marcas básicas o emprego da violência pelos grupos armados (Wolf & Hansen, s.n.t.).

No Brasil as brigadas e milícias particulares foram largamente empregadas, pesando na definição de disputas, em particular nos períodos de maior força do coronelismo, que antecedem o processo de centralização política mais efetiva e o estabelecimento de um monopólio da violência nas mãos do Estado (Cintra, 1974, pp. 42 e 53). É deste modo que podemos entender a ação armada inicial de Tenório, bem como por que, já num momento posterior, principalmente a partir de meados dos anos 30, ele teria como principais oponentes não chefes de outras milícias, mas sim representantes do Governo, delegados e a Polícia locais.

Tenório iria, em meio às lutas, formando sua guarda, reunindo homens que vinham, em grande parte, do Norte, sendo muitos deles seus parentes. Figuravam entre seus braços armados nomes como os de Antônio, Cícero, José, Pedro e Wilson Tenório (Cavalcanti, 1954, pp. 28, 100, 243 e 248; Beloch, 1986, p. 46). Este ponto deve ser destacado a fim de avaliarmos a eficácia e a coesão de seu grupo. Não se tratava de uma clientela *stricto sensu*. Cimentando-o estava não apenas a reciprocidade característica das relações patrão-cliente, laços pessoais de dominação e subordinação, mas vínculos de parentesco que, sem dúvida, reforçavam o comprometimento e a lealdade.

Organizando, gerenciando a violência, Tenório iria se impondo, oferecendo proteção aos que a ele se ligavam. Segundo sua filha Sandra:

"inúmeros migrantes, que buscavam melhores condições de vida, na cidade do Rio de Janeiro, ouviam histórias de um homem que, lá para as bandas da Raiz da Serra, oferecia proteção aos necessitados e afugentava malfeitores". (Cavalcanti, 1986, p. 68)

Na verdade, o controle de recursos e homens armados terminaria sendo útil para aumentar seu prestígio e expandir sua rede de relações pessoais não apenas para baixo, entre os que ocupavam posição inferior à sua, mas igualmente para cima. Tenório começaria a ser requisitado para prestar proteção a políticos e pessoas importantes, como observa Wilson Peçanha Frederici, delegado de Duque de Caxias e um de seus acusadores (Frederici, 1953, p. 3). Já em fins dos anos 20, quando o presidente Washington Luís foi a Caxias visitar as obras da Rio-Petrópolis, hospedando-se na casa de Manoel Isaiás Lomba, futuro sogro de Tenório, foi este quem ficou encarregado de manter a segurança (Fortes, 1986, p. 57).

Mesmo posteriormente, ainda aqueles recursos lhe renderiam frutos políticos, afirmando-o fora de Caxias, entre seus novos companheiros da UDN. Segundo Tenório, o senador Macedo Soares, diretor do jornal Diário Carioca, havia, durante a campanha à Presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes, sofrido um atentado na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro. Por isso, ele destacou um de seus homens, José Tenório, para a segurança pessoal do senador (Cavalcanti, 1954, p. 100).

A literatura sobre patronagem e clientelismo faz diversas referências à violência, seu controle, a competência específica para usá-la e geri-la, ~ como recursos que possibilitam a ascensão. Seu emprego, a realização de um "serviço sujo", quando solicitados a um cliente, como lembra Boissevain num artigo sobre a Sicília, pode acarretar para o patrão um endividamento tal que abra àquele a possibilidade de tornar-se também um patrão (Boissevain, 1966). Ainda em relação à Sicília, Blok observa que *os campieri*, guardas armados das grandes propriedades, eram pessoas de prestígio, reconhecidos, por sua dureza, como "homens capazes de se fazerem respeitar". Através de seus serviços, associados por vezes a *mafiosi*, podiam obter o acesso à terra (Blok, 1973, pp. 155, 156 e 161). Já no caso brasileiro, Souza observa que o cangaço constituiu-se numa via alternativa de aquisição de *status*, poder e prestígio, além de riqueza, para homens de estratos sociais inferiores (Souza, 1973, pp. 99 e 100).

Não foi, contudo, apenas ao controle da violência que se deveu a afirmação de Tenório, muito embora tivesse sido ela um fator fundamental. Na tentativa de estigmatizá-lo, é certo, seus inimigos e acusadores buscavam caracterizá-lo como um cangaceiro (Frederici, 1953; Cardoso, 1953). Não foi ele, porém, uma espécie de cangaceiro urbano. Na verdade, Tenório se diferenciava dos pistoleiros que proliferavam em Caxias pelo fato mesmo, de grande

importância, de não controlar somente o idioma da violência. Operando com mais de um código, ele se veria em situação de vantagem, franqueando o acesso a esferas diversas e nesta posição peculiar, servindo como mediador entre aqueles que se encontravam restritos a apenas um espaço, apenas um idioma. (16)

Como indica Arlindo Silva em seu prefácio às *Memórias de Tenório Cavalcanti*:

"Tenório Cavalcanti é homem de dupla personalidade. Se por um lado é valente, brigão, corajoso na hora de enfrentar a Polícia, também sabe ser um cavalheiro, um 'gentleman', quando necessário. É polido, conhece as regras da etiqueta social, beija respeitosamente a mão das damas nas recepções". (Silva, 1954, p. 8)

Esta mesma versatilidade, sua capacidade de operar com códigos diversos, pesou também, ao lado de outros elementos, para que se tornasse possível seu casamento, em 1931, com Walquíria Lomba, filha de uma influente família, sobrinha-neta do coronel João Telles Bittencourt, antigo prefeito de Nova Iguaçu (Fortes, 1986, p. 62). É preciso ver, é certo, que o sogro de Tenório, Manoel Isaías Lomba, parecia descrever uma trajetória descendente, enfrentando dificuldades financeiras (Fortes, 1986, p. 64; Cavalcanti, 1986, p. 53). Tenório, por seu turno, já contava com recursos significativos possuindo, inclusive, carro e motorista. (17) Se a aliança matrimonial lhe foi vantajosa, por conseguinte, ampliando-lhe as possibilidades de ascenso, isto se deve não tanto a ganhos materiais que com ela poderia obter, mas sim, a seu dote de relações pessoais. Sua efetivação, ao mesmo tempo, é indicativa de que Tenório vinha já sendo aceito entre a elite local.

Ampliando, assim, sua rede, suas alianças, suas relações, acumulando recursos, prestígio, popularidade, Tenório iria se impondo e, igualmente, ganhando autonomia. Neste processo ele deixaria, ainda no início dos anos 30, de ser o administrador das terras de Edgard de Pinho, fixando-se na cidade de Caxias e abrindo seu próprio negócio.

Este momento é bastante significativo e, ao narrá-lo, Tenório refere-se a Pinho como patrão e sócio:

"Meu sócio e patrão, Edgard Pinho, cunhado de Otávio Mangabeira, e um dos meus maiores amigos em toda minha tumultuosa vida, receoso de que minha permanência naquela região trouxesse, como em verdade estava trazendo, resultados contraproducentes aos interesses de sua propriedade, por mim administrada - resolveu entrar em entendimento comigo para meu afastamento, atendendo a minhas profundas divergências com as autoridades locais. Recebi uma indenização e abandonei a Baixada, estabelecendo-me em Caxias com uma casa comercial de madeiras e materiais, onde comecei vida nova". (Cavalcanti, 1954, p. 47)

A versão de Tenório sugere ter havido um rompimento, uma vez que seu constante envolvimento em conflitos estaria prejudicando os negócios de Pinho. Esta idéia é reforçada pela narrativa de Maria do Carmo Fortes. Segundo ela, seu pai encontrava-se, à época em que saiu das terras, insatisfeito com sua situação. Ele começava a crescer, ganhando popularidade, defendia as fazendas de Pinho, enfrentava lutas que não eram suas, mas não recebia o merecido reconhecimento (Fortes, 1986, pp. 60 e 61).

O afastamento das fazendas, contudo, não parece ter representado um rompimento definitivo entre Tenório e Pinho. Foi ele padrinho do casamento de Tenório quando era ainda administrador das terras. (Fortes, 1986, p. 65) Pinho foi, também, padrinho de sua primeira filha, Maria do Carmo. (Fortes, 1986, p. 73) Na loja que abriu na cidade, após sua saída das fazendas, Tenório comercializava o carvão nelas produzido (Fortes, 1986, pp. 73 e 74). Por diversas vezes, em momentos de necessidade, mesmo após a saída, seu antigo patrão o amparou. Assim é que, após um período na prisão; em 1937, foi numa fazenda de Pinho que Tenório se recuperou. Mais tarde, levado para um hospital depois de ser ferido numa luta, foi igualmente ele quem providenciou tratamento (Fortes, 1986; pp. 83 e 85). É preciso atentar, finalmente, para o fato de que, segundo Sandra Cavalcanti, ao sugerir a seu pai que saísse das fazendas, Pinho lhe teria oferecido não apenas uma boa indenização mas, também, um cargo de fiscal da Prefeitura de Nova Iguaçu que Tenório efetivamente viria a exercer (Cavalcanti, 1986, p. 69). (18)

É difícil, a partir das biografias, muitas vezes contraditórias entre si, estabelecer uma cronologia correta, restituindo a ordem dos eventos que pontuaram a trajetória de Tenório, particularmente em seus momentos iniciais. Sua saída das fazendas e o estabelecimento na cidade, contudo, parecem estar associados ao seu casamento e ao nascimento de sua primeira filha, que também representaram a transformação de seu patrão em compadre, além de seu ingresso na política que, ao menos em parte, se deu pelas mãos do próprio Pinho.

Ao invés de um rompimento definitivo, portanto, a saída de Tenório da direção das terras de Pinho pode ter representado, por um lado, uma recompensa por seus serviços prestados. Por, outro, ela talvez marque o momento em que, de forma mais efetiva, Tenório tenha passado a ser reconhecido e aceito pelos patrões locais tornando-se, ele mesmo, na terminologia de Mayer, um *ego*, polo aglutinador e irradiador de seu próprio *action set*. (19) E para que esta autonomização se operasse sem um corte absoluto com o antigo patrão, o estabelecimento do compadrio parece ter desempenhado um papel importante.

Neste caso, à diferença do que comumente tem sido observado, o compadrio aparece não como uma forma de estabelecer um vínculo com um patrão, com alguém situado numa posição superior, com maiores recursos e prestígio. Trata-se, isto sim, de um meio de administrar a autonomização em relação ao patrão, reconhecendo não mais a assimetria, mas uma certa igualdade evitando, ao mesmo tempo, um rompimento e garantindo a continuidade da ligação, mas já em outras bases.

É certo, porém, que a autonomização deve ser vista como se dando em relação a seu antigo patrão, não implicando na separação ou no isolamento de Tenório de uma rede mais ampla. Ele ainda necessitaria, em seu processo de afirmação local, do suporte e da mediação de pessoas bem relacionadas. Se o nome de Edgard Soares de Pinho vai, deste momento em diante, sendo menos e menos referido, outros, em contrapartida, começam a surgir com maior intensidade, como é o caso de Ricardo Xavier da Silveira, que o nomeia fiscal, que o apoia em horas de necessidade, intercede em seu favor quando de suas prisões e por intermédio do qual passa a frequentar reuniões da elite de Nova Iguaçu. Ele, contudo, é sempre referido como um amigo e não um patrão.

Amigos, inimigos e política

A entrada na política foi um ponto determinante na trajetória de Tenório. Suas opções nesta área, segundo suas narrativas, parecem ter sido sempre orientadas pelas grandes questões nacionais. Assim explica sua oposição a Getúlio Vargas e sua simpatia pelo movimento paulista de 32:

"Corria o ano de 1932: A Nação navegava no mar da incerteza, como um barco desgovernado, sem encontrar solução para os problemas econômico-sociais que atormentavam o espírito dos vitoriosos, que se apossaram do poder. O povo era tomado de desilusão, e o travo do desespero começava a fazer-se sentir em todas as camadas sociais. A fosforescência ilusória das promessas que precederam a Revolução de 30 começava a obnubilar-se num ambiente de confusão (...) Não tínhamos Constituição. As leis eram fabricadas no laboratório de uma ditadura cuja manipulação era condicionada às conveniências dos dominantes da época (...) A Revolução paulista chegava até nós, na Baixada Fluminense, como badaladas plangentes de um sino, que, de quebrada em quebrada, parecia uma voz chamando o resto da Nação à luta (...) Esse movimento exercia no meu espírito uma influência impressionante. Sentia o desejo de ser paulista, de poder atravessar as linha interditas da fronteira e também me filiar ao s valentes soldados bandeirantes". (Cavalcanti, 1954, pp. 44 e 45)

Já sua posição no processo de reconstitucionalização do país em 1934 e seu ingresso na UPF, ele assim os descreve:

"Vencidos os paulistas, começaram, em todo o país, as movimentações partidárias para a Constituinte de 1934. Não transformei a bandeira dos meus ideais em mortalha de neutralidade. Continuei na constante vigilância contra o arbítrio, na expectativa de que outro movimento surgiria para que o país retomasse definitivamente à ordem. Essa esperança foi tomando corpo com o movimento político que se iniciou para a Constituição de 34 (...) Pensei muito naquela situação e resolvi aceitar um convite de Getúlio Moura para ingressar na 'União Progressista Fluminense', partido que tinha como chefe no Estado o saudoso general Cristóvão Barcelos". (Cavalcanti, 1954, pp. 47 e 48)

E ao final do Estado Novo, sua entrada para a UDN é descrita da seguinte maneira:

"Eu precisava de uma sólida base em que me apoiar, para poder enfrentar o poderio discricionário do Comandante. (20) Assim, entendi-me com o Senador Macedo Soares, do qual já houvera recebido um convite para uma visita, no Rio de Janeiro. Assumi com ele o compromisso de fidelidade partidária até que fossem reestruturados os partidos nacionais (...) O Brasil vibrava com a preparação política para o pleito eleitoral que se avizinhava. O nome do general Eurico Dutra e o do Brigadeiro Eduardo Gomes já haviam sido lançados

como candidatos à Presidência da República. A despeito das ordens de Barcelos Feio, retornei a Caxias e iniciei 'demarches' para instalação do diretório local da UDN". (Cavalcanti, 1954, p. 99)

Algumas indicações de suas biografias, no entanto, sugerem-nos que seus vínculos e lealdades pessoais, bem como questões locais, devam ter pesado de forma decisiva em suas opções políticas. Seu antigo patrão, Edgard de Pinho, era cunhado de Otávio Mangabeira; ministro das Relações Exteriores no Governo Washington Luís, um dos líderes da oposição a Vargas no pós-30 e futuro dirigente da UDN. Por seus laços, Pinho, e também aqueles que a ele se *ligavam*, *teriam passado a* sofrer perseguições no período que se seguiu à Revolução de 30. Foi Pinho que, no momento em que se observavam pressões pela reconstitucionalização do país, em 1932, começou a levar Tenório a algumas reuniões. (Fortes, 1986, p. 68; Cavalcanti, 1986, p. 71) É preciso não esquecer, ainda, que a própria família da esposa de Tenório parecia ter ligações com o Governo Washington Luís.

Um outro aspecto a ser levado em conta é que Getúlio Moura, político de Nova Iguaçu e amigo de Tenório, é quem o levaria para a UPF O partido adversário, PPR, era chefiado por Manoel Reis, figura, segundo Tenório, "*de grande prestígio junto ao Governo Federal, em cuja fazenda, em Nova Iguaçu, muitas vezes o ditador Vargas ia passar seus fins de semana*" (Cavalcanti, 1954, p. 48). Desta forma, filiando-se à UPF, como aponta Sandra Cavalcanti, seu pai teria "optado pelo lado oposto ao *de* Manoel Reis" (Cavalcanti, 1986, p. 75).

O que parecia estar predominantemente em jogo nas decisões e filiações políticas de Tenório, ao invés da opção por um partido, uma determinada proposta, era a adesão ao grupo identificado com seu círculo de relações pessoais, seus parentes, seu patrão, o que implicava, ao mesmo tempo, em assumir publicamente a oposição ao grupo adversário. A visão que aqui se tinha era a da política como dividida em bandas opostas, de tal forma que a vinculação a uma delas, mais do que representar a definição dos amigos, envolvia também, num mesmo e indissociável processo, a determinação dos inimigos.

Desta perspectiva, as disputas políticas eram lidas com a mesma lente através da qual eram percebidos os embates violentos em que Tenório e seus amigos se viram envolvidos. Segundo ele, como é interessante observar, a política, a princípio, era-lhe mesmo algo externo que se lhe impôs quase que como a própria necessidade de recorrer à violência quando passou a trabalhar nas fazendas de Edgard de Pinho:

"Jamais fui político. Mas fui chegando à conclusão, lentamente, de que no mundo das coisas reais, nada poderia eu conseguir para o meu país a não ser por meio da política, já que o movimento das armas paulistas fracassara. (21) Notava-se um furor geral de dominar". (Cavalcanti, 1954, pp. 47 e 48)

A associação entre política e violência é clara na descrição que faz Tenório de Joaquim Peçanha, delegado em Caxias em meados dos anos 30, segundo ele uma "musa do crime, porque se deixara apaixonar, irremediavelmente, pelas lutas políticas". Sustenta Tenório que Peçanha teria planejado eliminá-lo buscando, desta forma, "a destruição de minha política" (Cavalcanti, 1954, pp. 52 e 78).

Em sua política, em seu grupo, ao invés de uma organização de militantes, o que se observava era uma densa rede de relações pessoais, de amizade, parentesco e patronagem, trançada pela reciprocidade, a dependência, a lealdade e a deferência, tendo no líder seu fio central e produzindo uma identificação direta entre este e os demais componentes. Num tal quadro, uma ofensa a um destes era igualmente lida como um ataque pessoal ao líder. Buscando, assim, atingir Tenório, seus adversários agrediam também aqueles que a ele se ligavam. Desta forma, como relata Maria do Carmo Fortes, promoviam-se "perseguições contra seus amigos e parentes, castigados pelo crime de lhe serem leais" (Fortes, 1986, p. 126). E Sandra Cavalcanti, ao lembrar da oposição entre seu pai e o delegado Peçanha, acrescenta:

"O relacionamento entre os dois era péssimo, chegando às raias da violência desenfreada. Os primeiros a serem atingidos foram os amigos particulares de papai. Assassinaram Pedro Nolasco. Prenderam e torturaram seus correligionários, empregados, cidadãos humildes que pagaram um elevado preço pela lealdade". (Cavalcanti, 1986, p. 77)

O próprio Tenório, narrando a Arlindo Silva os atentados que havia sofrido, lembra:

"Meu velho e querido amigo, Pereira Lima, fiscal da Prefeitura, foi assassinado por Homero de Carvalho, só

porque, no dia em que eu lutava com Manoel Costa, ele me socorrera, juntamente com Hildebrando Paiva, mandando-me para o Pronto Socorro" (Cavalcanti, 1954, p. 64).

No caso da rede de Tenório, os circuitos de reciprocidade não pareciam limitar-se aos dois pólos diretamente envolvidos na relação, estendendo-se também aos seus familiares. Por isso mesmo, quando seus amigos eram atingidos, buscava ele amparar e proteger suas famílias (Cavalcanti, 1986, p. 77). Assim teria sido, por exemplo, no caso de Nascimento, motorista de Tenório morto ainda durante o Estado Novo e cuja família passaria a ser mantida por ele (Fortes, 1986, pp. 75 e 76).

A percepção da política como dividida entre amigos e inimigos conferia a ela, portanto, uma roupagem pessoalizante, levando a que, sob uma ótica egocentrada, as ações fossem vistas como tendo sua origem e referencial em Tenório. Assim, ao ser eleito para o Governo do Estado do Rio, em 1935, pelo PPR, o almirante Protógenes Guimarães teria entregado Caxias, justamente, a um adversário de Tenório, o delegado Peçanha:

"Homem vingativo, iniciou a importação de capangas, trazendo-os do Norte do Estado. Reinava, novamente, o crime, a devassidão, a tocaia. Cem Comissários de Polícia, escolhidos a dedo, os mais afeiçoados ao crime, empreenderam luta de morte contra meus correligionários. A Polícia fluminense foi substituída por investigadores do Departamento Federal, que, em verdadeiros 'comandos', prendiam e espancavam os que não pertenciam às hostes governistas" (Cavalcanti, 1954, pp. 49 e 50). (22)

Neste caso, é importante destacar, os inimigos são vistos como estrangeiros "importados" para Caxias. O mesmo ocorre na forma como é apresentado o coronel Agenor Barcelos Feio que, segundo Tenório, teria chegado a Niterói numa canoa policial, vindo do Rio Grande do Sul onde havia ajudado a depor o general Flores da Cunha, opositor do Golpe de 37. Sua nomeação para controlar a área de Segurança do Estado do Rio, na Interventoria Amaral Peixoto, teria sido um "prêmio" por seus serviços no Sul (Cavalcanti, 1954, pp. 69 e 70).

A caracterização que é feita destes inimigos como estrangeiros pode ser esclarecedora. Ela ganha particular interesse se lembrarmos que, a rigor, o próprio Tenório e boa parte dos seus homens vinham de fora da Baixada. A questão que se coloca, portanto, é a de saber o que torna aqueles estrangeiros estrangeiros.

O que Peçanha e Feio tinham em comum era o fato de serem delegados indicados pelo Governo Estadual, vinculados diretamente a este. O mecanismo de sua nomeação, primeiro por Protógenes Guimarães e depois por Amaral Peixoto, é que seria, ele sim, um elemento estranho à prática, comum desde a Primeira República, de deixar a escolha de delegados e o próprio controle da Polícia a cargo de chefes políticos locais. (23) Este procedimento, segundo Leal em seu estudo sobre o coronelismo, seria uma das mais valiosas prestações do Estado com aqueles chefes (1975, p. 47). Destarte, observadas pelo ângulo local, aquelas que seriam medidas centralizadoras poderiam ser percebidas, na realidade, como quebra de circuitos tradicionais de reciprocidade, gerando tensões e realinhamentos políticos.

Tal parece ser um fator importante para entendermos a animosidade existente entre Tenório e Amaral e seus aliados ou representantes locais. Convidado por este, ao final do Estado Novo, para ingressar no Partido Social Democrático (PSD), que então estava sendo criado, Tenório teria condicionado sua adesão, entre outras coisas, à substituição de Heitor Gurgel, primo e secretário de Amaral que ocupava a Prefeitura de Caxias, e à demissão de toda a Polícia do Município, o que, de fato, não viria a ocorrer. Assim, além de rejeitar o convite, Tenório também se exoneraria do cargo de fiscal em que havia sido mantido mesmo durante a Interventoria, primeiro pelo prefeito Ricardo Xavier da Silveira, amigo seu mas também de Amaral, e, depois da criação do Município de Duque de Caxias, pelo próprio Gurgel (Cavalcanti, 1954, pp. 97 e 98; Cavalcanti, 1986, pp. 102 e 103; Peixoto, 1986, p. 273).

Com sua recusa, de acordo com Tenório, ele e seus amigos passariam a ser alvo de intensas investidas por parte do interventor:

"A situação era esta: quem não quisesse aderir ao Sr. Amaral Peixoto seria caçado como animal selvagem. Alguns amigos meus atemorizaram-se com os processos truculentos dos capangas do Ingá, sobretudo com as torturas humilhantes a que eram submetidos os homens que não se curvavam à ditadura agonizante. E assim cediam, faziam concessões, deixavam-se subornar". (Cavalcanti, 1954, pp. 98 99)

Mesmo com o fim do Estado Novo, a queda de Vargas e de seus interventores, contudo, as perseguições, os espancamentos e as mortes, ainda segundo o relato de Tenório, não cessariam:

"Embora tendo sido o ditador deposto e seu genro chutado, a odiosa máquina ditatorial continuou montada, e funcionando, sombria e criminosamente, a eliminar os baluartes da resistência (...) conservou nos pontos-chaves, nas chefias de delegacias, os mais ferrenhos inimigos dos verdadeiros democratas, gente da 'gang' de Amaral Peixoto, portadora de indestrutíveis sentimentos de vingança contra os que não se dobraram aos caprichos do ex-interventor (...) O menor desentendimento, às vezes simples questões domésticas (exemplo: discussão por causa de uma lata d'água), dava ensejo a que os brutos prendessem meus amigos e os açoitassem dentro dos infectos xadrezes da Delegacia: Foi nesse ambiente desigual, intervalado de crimes perversos, que fizemos a campanha udenista". (Cavalcanti, 1954, pp. 114 e 115)

Heitor Gurgel, na Prefeitura de Caxias, promovia "perseguições torpes a meus amigos, nomeações de professoras analfabetas e de gente desclassificada para cargos de proa, etc. Figuras inexpressivas, estranhas ao município, eram, premiadas com o usufruto do monopólio do cimento, da gasolina e do câmbio negro" (Cavalcanti, 1954, p. 99).

Embora o tom do discurso de Tenório seja de denúncia, é interessante observar, ele trai, ao mesmo tempo, uma visão de que as ações apontadas teriam uma lógica e mesmo, no caso dos favorecidos serem os próprios amigos, uma legitimidade. Assim, ao comentar o fato de que Edgard de Pinho teria passado a ser perseguido após a Revolução de 30, Tenório acrescentava ser "lógico que os que trabalhavam para ele nas suas propriedades iriam sofrer, também, com a onda de perseguição desencadeada pelos políticos dominantes" (Cavalcanti, 1954, p. 27).

A sucessão do governador Macedo Soares no Estado do Rio, em 1950, por outro lado, era comentada por Tenório num tom de reclamação. Os principais candidatos eram Prado Kelly, da UDN, mesmo partido do governador, e Amaral Peixoto. Embora Macedo apoiasse Kelly, contudo, isto não trazia maiores efeitos, visto que "todas as posições no Estado estavam em mãos de amigos do Sr. Amaral Peixoto. Na minha própria cidade, Caxias, não consegui, em toda a campanha eleitoral, um único ato de nomeação do Governador Macedo Soares para partidários meus" (Cavalcanti, 1954, p. 154).

Segundo Tenório, funcionários, delegados, professores faziam abertamente a campanha de Amaral sem que fossem por isso punidos. O governador, "em seu excesso de escrúpulos", não queria ser acusado pelos adversários de perseguir (Cavalcanti, 1954, p. 155).

Desta forma:

"os amigos de Amaral Peixoto, com o bafejo do Catete, e com os receios do Governador fluminense, exerciam sobre nós e o eleitorado uma coação irresistível, impedindo-nos, a nós 'do Governo', de disputar com eles, em igualdade de condições, a qualquer cargo eletivo (...) Estava, portanto, o Sr. Macedo Soares, ao lado do Sr. Prado Kelly, apoiando-o pessoalmente, sem lhe poder dar uma graça governamental que pudesse favorecer sua candidatura, enquanto Amaral dispunha do D.N.E.R., Caixa Econômica, e todos os servidores estaduais por ele nomeados".(Cavalcanti, 1954, p. 156)

Assim, concluía Tenório, "era natural", embora ocupasse o Palácio do Ingá um udenista, que Amaral terminasse vencendo as eleições. Afinal, "eles tinham nas mãos todas as chaves da engrenagem política no Estado" (Cavalcanti, 1954, p. 163).

Na verdade, este tipo de visão não se restringia apenas à política, orientando o comportamento de Tenório de forma mais ampla. Para ele, as categorias amigo e inimigo tinham um papel estruturador fundamental. Elas proliferam nos relatos dando-nos a impressão de um mundo repartido entre aqueles que se perfilavam ao seu lado e os que lhe eram contrários. Assim é que, como escrevia Adindo. Silva no início de 1954, a população de Caxias estaria, então, "dividida em dois grupos: um favorável a Tenório, outro favorável aos inimigos de Tenório" (Silva, 1954, p. 11).

Neste mundo dividido entre amigos e inimigos operariam conjuntamente, e de forma complementar, dois padrões éticos, morais e de comportamento político. Num, marcado pela personalidade, a prática da influência, da proteção, do favor, da amizade e do empreguismo seriam vistos como mecanismos legítimos. O que valeria seria

empreender todos os esforços, mobilizar recursos e contatos em proveito daqueles aos quais se estivesse vinculado, ou que se desejasse vincular, mantendo e ampliando redes, garantindo e fortalecendo laços de lealdade e reciprocidade. Aos inimigos, contudo, seria justo persegui-los, prejudicá-los, obstar seus atos inclusive exigindo sua estrita subordinação à lei. Aqui a personalidade precisaria ser deslegitimada e o favorecimento impugnado, percebido como imbróglia, como abuso. Clamar-se-ia imparcialidade e aplicação das leis, exigir-se-ia o respeito a regras impessoais e universais. Estaríamos, portanto, diante da antiga fórmula segundo a qual aos amigos se deveria tudo e aos inimigos se imporia a lei. (24)

Nacionalização e autonomização

O período que vai de meados dos anos 40 ao final da década de 50 representou, para Tenório, seu momento de projeção nacional e de afirmação de uma imagem pública que, ainda hoje, retemos. Data daí a adoção de seus símbolos mais característicos, a capa preta e a Lurdinha (Cavalcanti, 1954, p. 150; Beloch, 1986, p. 71).

A atividade política, primeiro como deputado estadual e depois como federal, sem dúvida, desempenhou um papel importante neste processo, abrindo-lhe maiores possibilidades de ressonância e visibilidade e ampliando sua capacidade de acesso e distribuição de recursos. Ao lado dela é preciso lembrar, igualmente, da advocacia e do jornalismo, ambos iniciados no mesmo período.

De forma isolada, deve-se destacar, nenhum destes fatores é suficiente para dar conta da afirmação nacional de Tenório, bem como da singularidade de seu personagem. Eles precisam ser tomados como uma combinação, que nada teria de insólito não fosse a presença, também, da violência como um elemento fundamental.

O envolvimento de Tenório em episódios de grande violência, amplamente noticiados, difundindo sua fama de valentia, contribuiu para ampliar bastante seu campo de projeção, refletindo-se mesmo em seu desempenho eleitoral. Basta lembrar que nas eleições de 1954, cerca de um ano após o assassinato do delegado Albino Imparato, de Duque de Caxias, Tenório, suspeito de envolvimento, foi o deputado federal de maior votação em todo o Estado do Rio. Além de tais efeitos indiretos, contudo, também é certo que Tenório era acusado de, através do emprego direto da violência, buscar influenciar resultados eleitorais em seu favor, ou em favor de seus amigos. (25)

Se, no entanto, a associação de seu nome com fatos violentos trouxe-lhe maior projeção, inclusive em termos políticos, é preciso ver, por outro lado, que a grande repercussão alcançada por aqueles mesmos fatos, suas dimensões, a leitura que deles se fazia, só podem ser devidamente avaliados se levarmos em conta a própria política. Novamente aqui, o episódio da morte do delegado Imparato pode ser ilustrativa.

Acumulando indicações da ligação de Tenório e de parentes seus com o crime, a Polícia promoveu um cerco à sua casa. Tenório, porém, já então deputado federal, invocando suas imunidades parlamentares, ameaçou resistir impedindo a entrada das tropas. Diante do quadro de tensão que se gerou, a Câmara Federal terminou intervindo através de seu próprio presidente, Nereu Ramos, e de deputados como Afonso Arinos, José Augusto, Flores da Cunha e Danton Coelho que, juntamente com o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, rumaram para Caxias, contornando a situação e obtendo a suspensão do cerco (Beloch, 1986, pp. 78 a 81).

O que o fato nos permite perceber, de saída, é que foi pela intervenção política que aquela que, em outras condições, seria uma ocorrência policial local, tornou-se um assunto de grande destaque na imprensa, de interesse nacional. Mais do que isto, ela se constituiu mesmo numa questão de política nacional perdendo, em larga medida, seu conteúdo policial criminal. (26) Desta forma, apropriado politicamente, o evento pôde receber uma leitura em que, operando-se uma inversão, Tenório, em vez de alguém suspeito de participação num crime, figurava como um parlamentar que, na defesa de sua honra, de seu lar e de seus familiares, enfrentou corajosamente, inclusive com risco para sua vida, uma Polícia que agia de forma arbitrária, violando, ela sim, preceitos legais, ignorando suas imunidades e desrespeitando, por conseguinte, o próprio Poder Legislativo.

Vemos ainda, através do mesmo episódio, que a lei, que pode ser usada na perseguição dos inimigos, pode também, de modo inverso, ser invocada para neutralizar seus ataques. Desta maneira, o controle do idioma legal pode assumir grande importância, como de fato reconheceu Tenório.

O direito se constituiu para ele, igualmente, num proveitoso recurso de patronagem. Como lembra Maria do Carmo Fortes, seu pai montou um escritório em cima da garagem de sua casa, "onde eram freqüentes as filas de pessoas que o procuravam em busca de ajuda" (Fortes, 1986, p.105). Ao mesmo tempo, porém, ele funcionou como uma valiosa alavanca para a nacionalização de seu nome. Atuando como advogado de defesa em casos espetaculares como O "Crime da Machadinha" e o "Crime do Sacopã", pôde Tenório alcançar maior projeção e evidência.

A atuação de Tenório como advogado não se limitava ao espaço reservado dos júris, ganhando as ruas através da *Luta Democrática*. Promovendo seguidas campanhas, veiculando os argumentos, de defesa, anunciando como certo e iminente o reconhecimento da inocência, buscava ele, através do jornal, produzir uma expectativa e uma opinião pública favoráveis aos acusados, influenciando o julgamento além, é claro, de difundir sua figura e suas próprias ações.

A *Luta* também representou uma peça-chave no esquema montado por Tenório, constituindo-se num poderoso recurso. De linguagem popular, com manchetes escandalosas, fotos e descrições detalhadas de crimes e acidentes, o jornal que, dizia-se, quando espremido vertia sangue, tinha um grande público leitor, não apenas na Baixada, no Estado do Rio, mas também na Guanabara, onde era sua sede. Apresentado como um "acicate", um "chicote do povo contra os poderosos", a *Luta* se afirmou como um instrumento de mediação, encaminhando reivindicações, promovendo campanhas, pressionando autoridades.

Mais do que um meio de pressão e mediação, porém, mais do que uma linha auxiliar e reforçadora da ação direta, a *Luta* se constituiu num porta-voz dos pleitos, interesses e opiniões de Tenório e seu grupo, além de um eficiente veículo de propaganda. Narrando de forma grandiloqüente suas façanhas, garantindo sua repercussão, contando sua vida através de histórias em quadrinhos, a *Luta* desempenhou um papel fundamental na produção e na consolidação de uma imagem pública de Tenório como um herói destemido, um vingador de capa preta.

Tenório personificava, em sua própria imagem pública, a coexistência e a complementaridade de códigos morais distintos. Na dialética da capa preta - presente de um amigo vindo de Coimbra (Cavalcanti, 1986, p. 138), tradicionalmente envergada pelos bacharéis que se formavam naquela cidade portuguesa - e da metralhadora Lurdinha expressava-se uma ambivalência em relação às leis, às quais se aceitava e se procurava conhecer, até mesmo para que delas se pudesse tirar melhor proveito, mas em relação às quais nutria-se, ao mesmo tempo, uma profunda desconfiança que justificava a tentativa de burlá-las, contorná-las ou, simplesmente, abandá-las, acionando relações pessoais mas também podendo lançar mão da violência. É esta duplicidade que nos permite perceber como complementares, e não contraditórios, a violência, a advocacia, a política e o jornalismo. É ela, da mesma forma, que nos ajuda a entender a presença de Tenório num partido como a UDN, de corte bacharelesco e discurso marcadamente moralista, referido como uma agremiação de "senhoras enchapeladas". (27)

A presença de um partido forte, organizado, com meios de se fazer ouvir, influente e prestigioso, assegurava-lhe proteção e projeção, da mesma forma que, como ficaria claro na ocasião do cerco à sua casa, a associação com grandes nomes nacionais, cavaleiros da moral e da legalidade, lhe outorgava aval e legitimidade. Era o próprio Tenório que o reconhecia quando, em suas *Memórias*, procurava explicar sua adesão à UDN como decorrente da necessidade "de uma sólida base em que me apoiar para poder enfrentar o poderio discricionário do Comandante" (Cavalcanti, 1954, p. 99).

Pelo lado da cúpula udenista, no entanto, com seu arraigado elitismo, Tenório parecia constituir-se num elemento destoante, e mesmo incômodo, embora necessário por ser ele que, em algumas campanhas, garantia o apelo popular (Beloch, 1986, p. 112). Como lembra Carlos Lacerda, em tom de desdém:

“E a gente ainda levava de quebra um Tenório, que entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa, que tinha uma audiência enorme no interior. Você pode imaginar o que era a legenda do Tenório Cavalcanti no interior: os sujeitos ouviam o Tenório uma hora e meia, duas horas, um discurso interminável onde ele ia engatando uma coisa na outra. De vez em quando dizia coisas muito engraçadas e sobretudo nas cidades mais humildes encantava aquela gente. Afinal, era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando feito matuto e com ‘ar de povo’” (Lacerda, 1978, pp. 198 e 199).

Podemos, tomando de empréstimo a análise de Bailey sobre os signori em Losa, ao Norte da Itália, observar que, embora procurasse se apresentar como um senhor entre senhores, Tenório não era por estes assim reconhecido.

(28) Com traços sociais e atitudes que diferiam dos demais, ao invés de semelhante era visto por eles como figura discrepante. .

Tenório, entretanto, não se fez exclusivamente na UDN. Não foi ele um daqueles patrões que, como no caso descrito por Weingrod na Sardênia (1968), afirmaram-se através da inserção em estruturas partidárias, até mesmo porque, sendo de oposição, sua agremiação tinha reduzidas as possibilidades de captar e repassar recursos.

Na verdade, com base nos capitais que, independentemente, controlava, seu prestígio, seu carisma, sua fama, escorado em campanhas promovidas por seu jornal, Tenório descreveria uma trajetória inversa à de seu partido no Estado do Rio. A UDN fluminense elegeu nos pleitos federais de 1945, 1950, 1954 e 1958., respectivamente, 4 deputados, novamente 4, subindo depois para 6 mas caindo outra vez para 4 no ano seguinte. Quanto aos deputados estaduais eleitos, eles foram 14 em 1947 e em 1950 caindo, depois, para 10 em 1954 e 7 em 1958 (TRE-RJ, 1963). Tenório, por seu turno, vinha experimentando votações crescentes; subindo de 2.800 sufrágios em 1947, para 9.000 em 1950, 42.000, e maior número em todo o Estado, em 1954, e 46.000, de novo o deputado federal fluminense mais votado, em 1958 (Beloch, 1986, pp. 49 a 54).

De fato, é preciso levar em conta que a própria região que compunha a base eleitoral de Tenório, a Baixada Fluminense, afirmava-se como o principal colégio eleitoral do Estado, projetando-o e a outros políticos também dela oriundos, tomando-se parada obrigatória para qualquer candidato em campanha. Seus quatro Municípios de então, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, reuniam, já em 1962, cerca de 30,6% de todo o eleitorado fluminense sendo que, apenas em Caxias, encontravam-se 10,4% de todos os eleitores do Estado (Grynszpan, 1982, p. 3).

Ao lado da consolidação da imagem pública de Tenório como o homem da capa preta, portanto, o que observamos é a nacionalização de seu nome. Neste processo de afirmação nacional ele, ao mesmo tempo, iria ganhando autonomia, tornando-se mais e mais independente de seu partido, acumulando prestígio e força suficientes para estabelecer e barganhar, por conta própria, acordos e alianças acima do nível local, abrindo possibilidades de acesso a recursos de qualidade, e em quantidades, que até então não dispunha.

Assim é que, nas eleições para o Governo do Estado de 1958, divergindo da UDN que, coligada ao PTB, apoiou o nome de Roberto Silveira, Tenório perfilou-se ao lado de Getúlio Moura, seu antigo aliado mas com o qual havia rompido em meados dos anos 40 quando aderiu este ao PSD de Amaral Peixoto. (29) Para entender este apoio, é preciso atentar para o fato de que Roberto Silveira era uma liderança ascendente no Estado que, por seu discurso de caráter popular, corria numa faixa próxima à de Tenório. Na tentativa de barrar a subida de um competidor, portanto, valeria mesmo a proximidade de seus inimigos. E mais do que isso, esta proximidade seria tão menos penosa quanto mais compensatório fosse o esquema de reciprocidade em que estivesse inserida. O que é importante observar, contudo, é que o apoio a Getúlio Moura se deu não numa rota de adesão ao PSD fluminense e a Amaral Peixoto. Não foi destes que Tenório passou a aceitar a reciprocidade, mas sim - numa demonstração de que seu nome começava, efetivamente, a assumir peso nacional - com o Governo Federal, então chefiado por Juscelino Kubitschek, também do PSD, e a quem a UDN fazia forte oposição. Por isso é que, pouco tempo depois das eleições, ainda em 1958, Juscelino repassou uma soma considerável de recursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), através de Tenório, a fim de que pudessem ser assistidas numerosas famílias flageladas por uma grande enchente então ocorrida em Caxias. Com os recursos, o deputado construiu o bairro conhecido como Vila São José, ali instalando aquelas famílias e auferindo, assim, grandes dividendos políticos (Beloch, 1986, p: 55).

Este foi o momento em que Tenório se desligou da UDN. Como vemos, enquanto sua autonomização em relação ao antigo patrão, Edgard de Pinho, se deu com sua aceitação na elite local de Duque de Caxias, o afastamento da UDN ocorreu, justamente, no momento de sua afirmação política nacional.

Patronagem e mobilização

Com seu afastamento da UDN, Tenório empreenderia uma virada política, mudando de forma radical seu discurso, suas propostas e suas alianças. Esta mudança é que daria o tom de sua campanha nas eleições de 1962 ao Governo do Estado do Rio. Num quadro marcado pela polarização e a intensificação dos embates políticos, buscando

diversificar e ampliar seu campo de ação alargando, ao mesmo tempo, suas áreas de penetração eleitoral, competindo localmente com setores de esquerda e trabalhistas, embora aproximando-se, no âmbito Federal, do Governo presidido por João Goulart, Tenório adotaria palavras-de-ordem como a da reforma agrária e o combate ao imperialismo, passando a dar suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses.

Esta metamorfose, ele a explicava como uma evolução, reconhecendo como erros políticos algumas de suas posturas anteriores. Tenório teria concluído, segundo suas palavras, já ir "longe a época em que se sustava a patas de cavalos as justas reivindicações sociais dos trabalhadores de nossa terra" (*Luta Democrática*, 21 e 22/5/61, p. 5).

Expressa através da *Luta Democrática*, sua visão da política continuava sendo aquela de um campo dividido entre amigos e inimigos. Mudavam, contudo, os elementos que compunham cada um dos dois conjuntos. Antigos inimigos, tão execrados como Getúlio Vargas e os comunistas, passavam a ser referidos como amigos, ao passo que amigos de ontem, como Carlos Lacerda, eram agora vistos como inimigos.

Sua pregação nacionalista era marcada, justamente, pela denúncia dos inimigos do país. Numa de suas. invectivas contra a espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro, defendendo a Petrobrás, já em 1964, Tenório escreveria:

"De tudo isso pode se dizer que são poucos os inimigos da Petrobrás, fáceis de identificação porque se cevam no cocho das empresas estrangeiras, para se colocarem contra o nosso desenvolvimento autônomo de que é pioneira a Petrobrás". (*Luta Democrática*, 8/1/64, p. 3)

O apoio dado por Tenório a mobilizações e grupos em conflito era lido sempre, também, como uma ação em favor de seus amigos. Assim, noticiando um episódio em que foram presos posseiros de uma fazenda no Município de Nova Iguaçu, no início de 1962, diria a *Luta* que, ao perceberem a presença de Tenório na Delegacia, começaram eles a chamá-lo. Ouvindo-os, então, "acenou para os seus humildes amigos, que aos gritos pediam para com ele ir falar". (*Luta Democrática*, 5/1/62, p. 1 e 5)

Figura nacional, Tenório buscava conciliar sua atuação local, garantindo a manutenção, o fortalecimento e mesmo a expansão de seus vínculos; com a distância que sua nova posição lhe impunha, e que reduzia suas possibilidades e oportunidades de um contato prolongado, direto e personalizado com seus clientes. Ele procuraria fazê-lo marcando sua presença, sempre que possível, no Estado, comparecendo a encontros e manifestações, intervindo e prestando auxílio em problemas específicos que surgiam. O que se observaria, porém, é a conformação de uma estrutura em que, cada vez mais, a ação local ficaria sob a responsabilidade de intermediários. Como lembra Sandra Cavalcanti, seu pai havia montado um serviço que, funcionando durante todo o dia, recebia as pessoas que iam lhe fazer pedidos. O trabalho era feito por três secretárias e trinta atendentes que dividiam as pessoas em filas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares (Cavalcanti, 1986, p. 185).

Mais do que no atendimento de pedidos individuais e na distribuição de pequenos favores, contudo, era em problemas de maior monta e visibilidade, nos grandes conflitos e mobilizações locais, que se notava a maior importância assumida por intermediários de Tenório. Na verdade, na medida mesmo em que tomavam a frente da ação local, eram estes intermediários que passavam a impor a ela sua feição e dinâmica. Neste processo iam eles, também, ganhando projeção e notoriedade, como ocorreu com seu primo Paulo Valente.

A forma de operação da estrutura tenorista pode ser percebida em sua relação com o campesinato. Buscando afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional, Tenório o faria, também, procurando constituir-se em legítimo representante e porta-voz daquele que se impunha como um novo ator na cena política. Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no Estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como as invasões de terras. Num contexto de crescente mobilização, no entanto, os próprios homens de Tenório passariam a promover tais ações.

Novamente aqui a competência no uso e na administração da violência, a experiência na formação de grupos armados, se mostrariam fundamentais. Eram tais grupos, no momento sob a liderança de Paulo Valente, que primeiro invadiam as terras trazendo, em seguida, os posseiros (Valente, 1986). Tão logo uma fazenda era ocupada, Tenório, em Brasília, e também a *Luta Democrática*, começavam a exercer pressão visando sua desapropriação e entrega aos

camponeses. Ao mesmo tempo, comissões de posseiros eram levadas por Valente às autoridades e manifestações promovidas nas cidades, em particular Niterói, Capital do Estado, reivindicando a terra. Tudo isso alardeando, a todo o momento, que a desapropriação; quando se realizava, devia-se a Tenório.

A distribuição de terras através das invasões e das desapropriações, portanto, para o esquema tenorista, afigurava-se como um importante recurso. Na tentativa de controlá-lo, no entanto, ele terminaria entrando em choque com as próprias organizações camponesas, como demonstra o caso da ocupação da Fazenda Floresta, no Município de Paracambi.

A fazenda foi invadida em meados de 1963, numa ação arquitetada por Paulo Valente. Empenhou-se ele, igualmente, junto à Presidência da República e à Superintendência de Política Agrária (SUPRA), para que as terras fossem desapropriadas, o que de fato ocorreu (*Luta Democrática*, 31/5/63, p. 5). Uma vez realizada a desapropriação, contudo, Valente procurou influir na distribuição dos lotes, entrando em clara divergência, com relação à definição dos beneficiários, com o consultor da SUPRA, Oay Fonseca, antigo advogado da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), que saiu em sua defesa (*Luta Democrática*, 10/17/63, p. 2, 16/7/63, p. 5, 4/9/63, p. 2 e 24/12/63, p. 5; *Última Hora*, 11/9/63, p. 2).

Mais do que uma disputa pelo controle do acesso e da distribuição de terras, o que se tratava aqui era do confronto entre duas formas distintas de acesso e distribuição de recursos. Uma passava pela construção de vínculos horizontais, pela formação de um grupo com identidade, interesse e organização próprios, enquanto a outra representava o reforço da patronagem, do favor, dos laços verticais, da subordinação.

O caso da Fazenda Floresta, entretanto, ganha também especial interesse quando observamos que a atuação dos homens de Tenório, ali, não teve como desdobramento único a tensão com a Falerj. As terras pertenciam a José Rodrigues Fortes, primo da esposa de Tenório, sogro de sua filha mais velha, Maria do Carmo, e padrinho da mais nova, Sandra. A invasão traria, como resultado, o rompimento entre ele e Tenório (Fortes, 1986, pp. 209 e 210).

Na busca da realização de interesses, por conseguinte, mesmo antigas alianças e laços de compadrio poderiam vir a ser rompidos. Este rompimento, contudo, não se dava de forma aleatória. No caso de José Fortes pesou, certamente, para tornar suas terras passíveis de invasão e desapropriação, sua adesão a Amaral Peixoto, antigo inimigo de Tenório (Fortes, 1986, pp. 209 e 210).

Conformava-se, portanto, uma estrutura que se afirmava, aos poucos, como um eficiente canal de influência e de transmissão de demandas, tanto em função do prestígio de seu líder, seu peso político, sua rede de relações, sua presença na Capital Federal, no Congresso e sua proximidade do Governo, quanto pelo fato de dispor de um jornal de grande circulação. Tais demandas, como vemos, eram não apenas as de cunho individual, localizado, paroquial, imediato, mas também as de caráter coletivo, ainda que sua posterior distribuição pudesse se dar de forma personalizada. Aqui o enfrentamento e o conflito deixavam de ser evitados, constituindo-se a mobilização, e mesmo a violência, em importantes meios para a obtenção de recursos.

Estes elementos, associados à assunção, por Tenório, de um discurso de aparência ideologizada, próprio de grupos de esquerda, permitem-nos repensar a caracterização da patronagem e do clientelismo político, via de regra presente na literatura, como essencialmente conservadores e desmobilizadores. **(30)**

Por outro lado, eles também nos indicam que a mobilização e a luta por demandas coletivas, não necessária ou automaticamente, devem estar associadas à constituição e à conscientização de classes ou grupos sociais. O que podemos perceber, na verdade, é que as estruturas de patronagem parecem ser dotadas de uma notável plasticidade que lhes permite moldar-se a diferentes contextos. A aparência que assumem pode variar com as conjunturas, seus interesses de momento, os setores que buscam sensibilizar e sua linha de proximidade com o Governo. **(31)**

O que a análise do caso de Tenório nos leva também a perceber, entretanto, é que ao adotarem um tipo de postura politicamente mais definida, identificando-se com ela e como setores sociais específicos, aquelas estruturas podem terminar por se verem aprisionadas a um idioma único, privando-se de sua capacidade de transitar por esferas variadas, perdendo seu caráter multifacetado, descolando-se, enfim, daquilo que é a garantia de sua versatilidade. Isto, associado ao seu maior peso e complexidade determinados por sua própria expansão e pela maior influência e

autonomia dos níveis intermediários, pode vir a torná-las excessivamente lentas nas manobras de conversão. O risco que correm, diante disso, é o de serem atropeladas por mudanças abruptas na conjuntura e deixarem de ser reconhecidas, como ocorreu a Tenório que, após o Golpe de 1964, mesmo tentando retomar seu anterior discurso anticomunista, não conseguiu evitar sua cassação.

Conclusão

Tenório apresentaria, nos anos que se seguiram ao Golpe de 1964, uma leitura distinta para sua atuação no período anterior, buscando esvaziar sua importância, inverter seus sinais ou mesmo produzir seu esquecimento. Talvez por isso mesmo é que algumas de suas biografias, produzidas já no início da década de 80 e a partir, em larga medida, de seu próprio relato, tragam tão poucas referências sobre aquele período, num evidente contraste com o conjunto de informações relativas às décadas que o antecederam.

Da mesma forma que esta rarefação, o completo emudecimento das narrativas, no que toca aos tempos de cassado, é significativa. Afastado da cena nacional, de seu mandato parlamentar e mesmo de seu jornal, Tenório, que havia experimentado uma trajetória ascendente, via-se agora reduzido, novamente, ao âmbito estrito das ações locais. Se havia todo sentido em, num relato que visava celebrizá-lo, comemorar seus grandes feitos, realçar este tipo de atuação no início de sua carreira, o mesmo não ocorria para o fim. O descenso, atribuído a um acidente, um ato de incompreensão, deveria ser eludido.

Os estudos de trajetórias individuais podem ser de grande importância heurística, permitindo-nos refletir sobre processos sociais mais amplos, perceber aspectos não atentados por interpretações correntes ou até contribuir para sua relativização. Tal é o que procuramos evidenciar com o caso de Tenório Cavalcanti que, 'ao mesmo tempo que ilustrativo, por ser, caricatural, abre, por seus traços singulares, interessantes possibilidades de problematização.

Na sua análise, mais, do que uma forma de regular fluxos de bens e serviços, a patronagem aparece como um meio que propicia o deslocamento de pessoas no espaço social. Distintamente de mecanismos de mobilidade, o que aqui se observa é um tipo de movimento em que, a cada passo, se dá o reforço da pessoalidade, do endividamento e mesmo da subordinação.

Dentro deste sistema de relações, o mundo pode ser percebido como dividido entre amigos e inimigos. Enquanto aos primeiros tudo é possível, aos segundos reservam-se as regras impessoais; a lei fria e implacável.

Nesta ambigüidade em relação às leis, que tanto podem ser invocadas para perseguir quanto para conter a perseguição dos inimigos, que podem ser manipuladas em proveito próprio ou dos amigos mas em relação às quais se guarda desconfiança, temor, expressa-se a coexistência e a interpenetração de códigos morais, distintos: Percebendo-a é que podemos entender a convivência de práticas díspares como a da violência; do favorecimento, do empreguismo e do nepotismo, por um lado, e, por outro, do direito, do combate ao arbítrio e da luta por demandas coletivas.

É principalmente na capacidade de operar, com códigos e idiomas diversos, abrindo acesso a múltiplas esferas e contando, por isso mesmo, com recursos variados, que parecem assentar-se as possibilidades de sucesso e longevidade das estruturas de patronagem. Ela lhes confere versatilidade, plasticidade, possibilidade de promover manobras de conversão, assumindo feições e posturas distintas em diferentes contextos.

(Recebido para publicação em setembro de 1990)

Este artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre as elites fluminenses, entre os anos 30 e 60, que desenvolvemos no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Uma versão, anterior foi discutida com os participantes do curso "Patronagem e política" ministrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1990. A eles, e em particular ao professor Moacir Gracindo Soares Palmeira, agradecemos pelas críticas e sugestões apresentadas.

NOTAS

1 - Utilizamos, aqui, o termo patrão como uma tradução do inglês *patron*. Ele se refere, portanto, a um dos pólos da relação de patronagem, não se confundindo, de forma estrita, com o empregador do vínculo contratual de trabalho. Tal uso do termo é já consagrado na Antropologia brasileira, bastando citar, como exemplo, o livro *Carnavais, malandros e heróis*, de Roberto da Matta (1980).

2 - Grande parte dos autores, tendo à frente os trabalhos de Foster (1961, 1963 e 1979) sobre a estrutura social de uma comunidade camponesa mexicana, tende a enfatizar o caráter diádico da relação patrão-cliente. Alguns, porém, como Eisenstadt e Roniger (1984), acentuam que não apenas indivíduos, mas igualmente redes podem se unir através daquela relação. Estando, portanto, na base da conformação de redes, a patronagem, como indicam ainda outros como Boissevain (1966), não pode ser tomada apenas como uma díade.

3 - Vários são os trabalhos acerca do coronelismo. Entre eles, citaríamos o clássico de Leal (1975), Vilaça e Albuquerque (1965), Pang (1979), *Queiroz (1976,1976a)* e Cintra (1974).

4 - Este aspecto foi também ressaltado por outros socres voltados para realidades que não a brasileira. Kenny, por exemplo, estudando padrões de patronagem na Espanha, observa que, para além das vantagens materiais que a relação pode trazer, há também uma tentativa de nivelar grandes desigualdades, uma luta contra um crescente anonimato através da procura de relações pessoais (1977, p. 359). Seguindo num sentido semelhante, Landé, em sua análise das bases diádicas do clientelismo, observa que a patronagem cria alguma forma de equidade, servindo como elemento amenizador da exploração que pode estar presente - numa relação institucionalizada (1977, p. xxiv).

5 - Kenny descreve a patronagem e o que chama de oficialismo como estruturas paralelas operando numa mesma sociedade, funcionando o elemento pessoalizante da primeira como um balanceador da impessoalidade da segunda (Kenny, 1968: 158). Stirling, por sua vez, nos chama a atenção para a possibilidade de numa mesma sociedade, operarem dois conjuntos de normas não excludentes, um que chama de moralidade pessoal, caracterizado pela pessoalidade, pela amizade e pela patronagem, e outro que seria a moral da imparcialidade, da impessoalidade, dos códigos formais (Stirling, 1968, p. 51). Análises como as de Kenny, Stirling e Malta confluem com as de Landé (1977) que define as relações pessoais como *addenda*, permitindo-nos pensá-las não como estruturas intersticiais, na linha de Wolf (1966). Elas trazem elementos valiosos para a relativização da visão segundo a qual a patronagem tenderia necessariamente a desaparecer com a afirmação de um Estado, uma burocracia e um mercado modernos.

6 - Entre as exceções ver, por exemplo, além de Mana (1980) e Leeds (1964), Boissevain (1966), Strickon (1972) e Greenfield (1972).

7 - Tenório formou-se pela antiga Faculdade Nacional de Direito no ano de 1944.

8 - Utilizamos basicamente, para traçar um quadro de Duque de Caxias o trabalho de Beloch (1986, pp. 16 a 38).

9 - Tanto a entrevista com Paulo Valente, realizada em 1986, quanto o levantamento da Luta, foram feitos para uma pesquisa anterior que realizamos sobre a mobilização política do campesinato fluminense, entre os anos de 1950 e 1964 (Grynszpan, 1987).

10 - Já em seu artigo de 1961, Foster interpretava os pedidos de ajuda aos santos e a retribuição de graças recebidas como expressão de contratos diádicos que, de igual forma que aqueles estabelecidos entre pessoas de status sócio-econômico diferente, uniam pessoas e entidades divinas, implicando em obrigação e reciprocidade (1961, pp.1174 e 1175). Outros autores, como Kenny (1977) e Boissevain (1977), também chamaram a atenção para as relações entre aquilo que seria uma patronagem espiritual e uma temporal, as formas como confluíam e se reforçariam mutuamente.

11 - Este, na verdade, parece ser um padrão mais geral que marca boa parte dos relatos biográficos e das histórias de vida. Para uma análise desta questão ver Bourdieu (1989).

12 - Ainda que a migração, de maneira geral, possa acarretar o rompimento de laços de relacionamento social, é preciso ver que podem estes vir a ser reconstituídos nos novos locais de moradia. Ver o estudo de Menezes (1976) sobre um grupo de migrantes na cidade de Anápolis, em Goiás. Para uma análise da questão do desenraizamento ver Bourdieu e Sayad (1964).

13 - Estamos, aqui, nos baseando na discussão que faz Matta do sentido da dicotomia indivíduo/pessoa na sociedade brasileira (1980, particularmente o capítulo IV).

14 - Instrumento de mediação, as cartas de apresentação; mais do que as qualidades do apresentado, exibem seu nome, seus trunfos, suas relações, a importância de seus patrocinadores. Servem como chave e passaporte, abrindo portas e canais, criando disponibilidade, confiabilidade e familiaridade. Através delas envolvem-se os apresentados, aqueles que os apresentam e aqueles a quem são apresentados. Seu papel tem sido observado por estudiosos da patronagem como Stirling (1968; p. 53) e Kenny (1977, p. 358), entre outros.

15 - Tanto Edgard de Pinho quanto Hildebrando de Góes, além de formados em engenharia, eram de origem baiana. Hildebrando era filho do também engenheiro Cariolano de Góes, funcionário graduado da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Esta mesma Prefeitura, por sua vez, foi ocupada em 1901 e 1902, por nomeação de Campos Sales, por Joaquim Xavier da Silveira, pai de Ricardo Xavier da Silveira. Por outro lado, foi este prefeito de Nova Iguaçu no mesmo período em que o Governo Federal, tendo à frente Getúlio Vargas, iniciou um extenso programa de obras e de saneamento da Baixada Fluminense, dirigido pelo próprio Hildebrando de Góes (Cortês, 1957, pp. 436 e 437; Fundação Getúlio Vargas, 1984-5, pp. 1472 e 1473; Coutinho, 1961, pp. 499 e 500; Quem é quem no Brasil, 1948, p. 683; Reis, 1977, pp. 10, 11 e 123).

16 - Vem de Davis (1977) a idéia de pensar a violência e a própria patronagem como idiomas.

17- Ao enumerar seus bens em suas *Memórias*, Tenório afirma que, entre 1927 e 1934, a construção da Rio-Petrópolis e a venda de carvão e madeira das terras que administrava lhe renderam dinheiro suficiente para comprar lotes de terreno onde construiu várias casas. Entre suas casas, no entanto, estava uma que era herança de sua mulher. (Cavalcanti, 1954, pp. 214 e 215). Tenório afirma, igualmente, que seu patrimônio cresceu com a própria valorização de Duque de Caxias. Se lembrarmos que Hildebrando de Góes foi _ responsável pelas obras de saneamento da Baixada Fluminense, obras estas que estavam na base do acelerado processo de valorização experimentado pelas terras da região, poderíamos perguntar se Tenório não se teria, em virtude de suas ligações, beneficiado de algum tipo de *inside information* para a formação e a valorização de seu patrimônio.

18 - Foi durante o Estado Novo que Tenório, nomeado por Ricardo Xavier da Silveira, passou a ocupar o cargo de fiscal da Prefeitura de Nova Iguaçu junto ao distrito de Caxias (Beloch, 1986, p. 48; Fortes, 1986, p. 96).

19 -Partes de redes, os action-sets, segundo Mayer, seriam conjuntos de pessoas aglutinadas por um ego em função do qual existiriam e de quem dependeriam. Não formariam um grupo, segundo o autor, pois as interações se dariam sempre de forma vertical, e personalizada, entre ego, ou um seu intermediário, e um membro do sei, e não de forma horizontal, entre membros (Mayer, 1977).

20 - Refere-se, aqui, a Ernani do Amaral Peixoto.

21 - Trata-se da Revolução Constitucionalista de 1932.

22 - A utilização da coação e da violência, policiais em disputas políticas locais tem sido recorrentemente ressaltada pela literatura que lida com o problema do coronelismo. A este respeito ver, em particular, Leal (1975, pp. 47 e 48), Queiroz (1976, p. 173) e Cintra (1974, pp. 53 e 54).

23 - Referindo-se à situação política no Estado, nos primeiros anos da década de 30, em que teria havido uma divisão de postos de Governo entre diferentes grupos, diz Tenório: "Em Caxias, que era distrito de Nova Iguaçu, a Polícia ficara nas mãos de Getúlio Moura, meu correligionário" (Cavalcanti, 1954, p. 48).

24 - Matta, que desenvolve uma detida análise sobre esta formulação, a vê como um aspecto fundamental da própria lógica da sociedade brasileira, de maneira mais ampla (1980, em particular o capítulo IV). Ver também, para o caso da Itália, o estudo de Stirling (1968).

25 - Para o delegado Wilson Frederici, era Tenório quem estava por trás do incêndio do Foro de Caxias, em 1947, quando foi derrotado seu candidato à Prefeitura de Caxias (Frederici, 1953, p. 4).

26 - Havia, neste caso, uma conjunção de fatores que propiciava sua politização. O governador do Estado, naquele momento, era Amaral Peixoto, e seu secretário de Segurança, que havia ordenado o cerco, Agenor Barcelos Feio. Além disso, Amaral era ligado a Getúlio Vargas, presidente da República, a quem a UDN, partido de Tenório, movia forte oposição.

27 - Para um estudo detalhado da UDN ver Benevides (1981).

28 - Bailey procura ressaltar o caráter relativo do que chama de senhorilidade, que dependeria, entre outros elementos, da forma como O indivíduo se representa e é representado, percebido (1971).

29 - Roberto Silveira recebeu 376.949 votos, vencendo Getúlio Moura que obteve 288.692 (Peixoto, 1986, p. 267).

30- Ver, por exemplo, Silverman (1977, p. 296), Landé (1977, p. xxxv) e Scott (1969, pp. 1154 a 1156).

31 - O mesmo Tenório que, no início da década de 60, procurava afirmar-se como representante e porta-voz do campesinato era, nos anos 50, acusado por jornais de esquerda como *Imprensa Popular* (1/11/55, p. 6, 24/4/56, p. 6) e *O Semanário* (16 a 23/10/58, p. 7), de promover grilagem apropriando-se de terras de forma indébita e expulsando lavradores.

BIBLIOGRAFIA

Arquivos .

Partido Social Democrático do Rio de Janeiro

Frederici, Wilson P (1935), *Relatório da Delegacia de Polícia de Duque de Caxias*. Duque de Caxias. PSD 53.12.08 TRERJ:(1963), *Quadro Eleitoral desde 1945*. Rio de Janeiro, PSD.63.06:27

Jornais

Imprensa Popular, Rio de Janeiro

Luta Democrática, Rio de Janeiro

O Semanário, Rio de Janeiro.

Ultima Hora, edição do Estado do Rio de Janeiro, Niterói

Entrevistas

Paulo Valente, 1986, Rio de Janeiro

Artigos, livros e teses

BAILEY, F.G.(1971), "What are Signori?", in FG.Bailey, *Gifts and Poisons: The Politics of Reputation*. Oxford, Basil Blackwell, pp.230-251.

BELOCH, L.(1986), *Capa Preta e Lurdinha. Tenório Cavalcanti e o povo da baixada*. Rio de Janeiro, Record.

BENEVIDES, Maria. Victória de M.(1981), *A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do Liberalismo , Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BLOK, Anton.(1973), "Coalitions in Sicilian Peasant Society", in J.Boissevain e J.C.Mitchell (eds.), *Network. Analysis Studies in Human Interaction*. Paris,. Mouton, pp.151-165.

BOISSEVAIN, Jérémy.(1966), "Patronage in Sicily". *Man*,l(1), pp.18-33.

BOURDIEU,Pierre.(1989), "La Ilusión Burocrática". *História y Fuente Oral*,(2), pp.27-33.

BOURDIEU, Pietre e SAYAD; Abdelmalek.(1964), *Le Déracinement, La Crise de l'Agriculture -Traditionnelle en Algérie*. Paris, Minuit.

CARDOSO, Serra.(1953), *História de um bandido que se tornou deputado*, s.l.,s.ed.,n:p:

CAVALCANTI,Tenório:(1954), *Memórias de Tenório Cavalcanti*, segundo narrativa a Arlindo Silva. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.

CAVALCANTI, Sandra Tenório.(1986), *Tenório, Meu Pai*. São Paulo, Global.

CINTRA; Antônio Otávio(1974); "A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia", in J.Balán (org.), *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo; Difusão Européia do Livro, pp.29-77.

CORTES, C.(1957), *Homens e Instituições no Rio*. Rio de Janeiro, IBGE.

COUTINHO;Afrânio.(1961), *Brasil e Brasileiros de Hoje*. Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, V B.

DAVIS,J.(1977),*.People of the Mediterranean*. Londres, Routledge & Kegan Paul.

DINIZ, Eli.(1982), *Voto e Máquina Política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L.(1984), *Patrons, Clients and Friends. Interpersonal relations and the structure of trust in society*. Cambridge, Cambridge University Press.

FORTES,Maria do Calmo Cavalcanti.(1986), *Tenório, o Homem e o Mito*. Rio de Janeiro, Record.

FOSTER,G.M.(1961); The Dyadic Contract: A Model for the Civilização Brasileira.
Social Structure of a Mexican Peasant Village". *American Anthropologist*, 65(6), pp.1173-1192, dez.

_____.(1963), "The Dyadic Contract in Tzintzuntzan II". *American Anthropologist*, 65(6), pp.1280-1294, dez.

_____.(1979), *Tzintzuntzan, Mexican Peasants in a Changing World*. Nova Iorque, Elsevier.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.(1984-5), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense/FINEP
- GELLNER,E.(1977), "Patroas and Clients", in E.Gellner & J.Waterbury (eds.), *Patroas and Clients in Mediterranean Societies*. Londres, Duckworth, pp. 1-6.
- GRAZIANO,L.(1977), "Patron-Client Relationships in Southern Italy", in S.W.Schmidt, J.C.Scott, C.Landé & L.Guasti (eds.), *Friends, Followers and Factions, a Reader in Political Clientelism*. Berkeley, University of California Press, pp.360-378.
- GREENFIELD,S.(1972); "Charwoman, Cesspools and Road Building: An Examination of Patronage, Clientage and Political Power in Southeastern Minas Gerais", in A.Strickon & S.Greenfield (eds.). *Structure and Process in Latin America. Patronage, Clientage and Power Systems*. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp.71-100.
- GRYNSZPAN,Mario.(1982);*Auto-retrato de uma Candidatura: Tenório Cavalcanti e as Eleições de 1962 ao Governo do Estado do Rio*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV
- _____. (1987), *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PPGAS,UFRJ.
- IBGE.(1959), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE, v.XXII.
- KENNY,M.(1968), "Parallel Power Structures in Castile: The Patron-Client Balance", in: J. Peristiany, *Contributions to Mediterranean Sociology. Mediterranean Rural Communities and Social Change*. Paris, Mouton.
- _____. (1977), "Patterns of Patronage in Spain", in Schmidt, Scott, Landé & Guasti (eds.), *op.cit.*, pp.355-360.
- LACERDA,Carlos.(1978), *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LANDÉ,Carl H.(1977), "Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism", in Schmidt, Scott, Landé & Guasti (eds.), *op.cit.*, pp.XIII-XXXVII.
- LEAL, Victor N.(1975), *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.
- LEEDS, A.(1964), "Brazilian Careers and Social Structure: An Evolutionary Model and Case History". *American Anthropologist*, 66(6), pp.1321-1347, dez.
- MATTA,Roberto da.(1980), *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MAYER,A.C.(1977), "The Significance of Quase-groups in the Study of Complex Societies", in Schmidt, Scott, Landé & Guasti (eds.), *op.cit.*, pp.43-54.
- MENEZES,C.(1976), *A Mudança: Análise da Ideologia de um Grupo de Migrantes*. Rio de Janeiro, Imago.
- PANG, EuI-Soo.(1979), *Coronelismo e Oligarquia 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PEIXOTO, Ernani do Amaral.(1986), *Artes da Política: Diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- POWELL,J.D.(1977), "Peasant Society and Clientelistic Politics", in Schmidt, Scott, Landé & Guasti (eds.), *op.cit.*, pp.147-161.
- QUEIROZ,Maria Isaura P de (1976), "O Coronelismo numa Interpretação Sociológica", in M.LP de Queiroz, *O Mandonismo Local na ceda Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, pp.163-216.
- _____. (1976a), "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira", in M.LP de Queiroz, *op.cit.*, pp.33-159.
- QUEM É QUEM NO BRASIL.(1948),*Biografias Contemporâneas*. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial.
- REIS, José de Oliveira.(1977), *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- SCOTT,J.C.(1969), "Corruption, Machine Politics and Political Change". *American Political Science Review*, 63(4), pp.1142-1158.
- _____. (1977), "Patron-Client Politics and Political Change in Southeast Asia", in Schmidt, Scott, Landé & Guasti (eds.), *op.cit.*, pp.123-146.
- _____. (1977x), "Patronage or exploitation?", in Gellner & Waterbury (eds.), *op.cit.*, pp.21-39

- SILVA, Arlindo. (1954), "Prefácio do Repórter", in Tenório Cavalcanti, *op.cit.*
- SILVERMAN, S.F. (1977), "Patronage and Community-Nation Relationships in Central Italy", in Schmidt, Scott, Landé & Guasti (eds.), *op.cit.*, pp.293-304.
- SOUZA, Amaury de (1973), "O Cangaço e a Política da Violência no Nordeste". *Dados*, (10), pp.970-125.
- STIRLING, Paul. (1968), "Impartiality and Personal Morality", in J.G. Peristiany, *op.cit.*, pp.49-64.
- STRICKON, Arnold. (1972), "Carlos Felipe: Kinsman, Patron and Friend", in A. Strickon & S. Greenfield (eds.), *op.cit.*, pp.43-69.
- STRICKON, A. & GREENFIELD, S. (1972), "The Analysis of Patron-Client Relationships: An Introduction", in Strickon & Greenfield (eds.), *op.cit.*, pp. 1-17.
- STUART, W.T. (1972), "The Explanation of Patron-Client Systems: Some Structural and Ecological Perspectives", in Strickon & Greenfield (eds.), *op.cit.*, pp:19-42.
- VILAÇA, Marcos V & ALBUQUERQUE, Roberto C. de (1965), *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- WEINGROD, Alex. (1968), "Patrons, Patronage and Political Parties". *Comparative Studies in Society and History*, X(4), pp.377-400, julho.
- _____. (1977), "Patronage and Power", in Gellner & Waterbury (eds.), *op.cit.*, pp.41-51.
- WOLF, Eric. (1966), "Kinship, Friendship and Patron-Client Relations in Complex Societies", in M. Banton (ed.), *The Social Anthropology of Complex Societies*. Londres, Tavistock, 1-22.
- WOLF, Eric & HANSEN, Edward C. (s.n.t.), *Caudillo Politics: A Structural Analysis*, pp.168-179